

## EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

*Paulo de Sousa Mendes*

*Miguel Sousa Ferro*

O presente número reúne contributos em torno de um conjunto diverso de questões jurídicas específicas dos domínios do Direito da concorrência, Direito financeiro e Direito penal e contraordenacional.

Maria Teresa Capela aborda uma *vexata quaestio* do direito nacional do controlo de concentrações, repetidamente suscitada no contexto das recentes operações de aquisição no setor bancário. Defende a Autora que a exceção ao normal funcionamento do regime de controlo de concentrações introduzida pelo artigo 145.º-N(4) do RGICSF é, além de indesejável, contrária ao Direito da União Europeia. Sem prejuízo da discussão que esta questão poderá vir a suscitar no ordenamento europeu,

*The current Issue brings together contributions around a diverse ensemble of legal issues which are specific to the areas of Competition Law, Financial Law, Criminal Law and the Law of Administrative Offences.*

*Maria Teresa Capela delves into a vexata quaestio of the national Law of control of concentrations, repeatedly brought to the foreground in the context of the recent acquisitions in the banking sector. The author argues that the exception to the normal functioning of the merger control regime, introduced by article 145-N(4) of the RGICSF is, not only undesirable, but also contrary to the law of the European Union. Aside from the discussion of this issue which may arise*

poderá este artigo servir de base a uma reflexão nacional sobre a legalidade e, acima de tudo, sobre o espírito subjacente a esta norma. Fará ainda sentido – se é que em algum momento fez – este tratamento preferencial do setor bancário? Porque é que as empresas de todos os outros setores da economia, mesmo aqueles sujeitos a outros reguladores setoriais, não necessitam de qualquer exceção à LdC, mas a banca portuguesa continua a ser especialmente protegida pelo legislador?

Miguel da Câmara Machado analisa os problemas, paradoxos e principais deveres na prevenção do branqueamento de capitais, particularmente nos bancos e instituições de crédito. O texto traça a evolução do sistema normativo, identificando aquilo a que chama as quatro gerações de leis, ao mesmo tempo que antecipa outras reformas, algumas das quais já começaram no ano de 2017. É, pois, uma matéria em contínua evolução e cada vez mais complexa, tanto mais que a prioridade deve ser a prevenção do branqueamento de capitais, surgindo a repressão criminal do branqueamento de capitais como residual.

Nivaldo Machado Filho elege um aspeto problemático da atividade do agente infiltrado, mas frequentemente esquecido, que é o aproveitamento probatório do relatório e do depoimento

*in the EU legal order, this article may serve as a basis for a national reflection on the legality and, above all, on the spirit underlying this rule. Does it still make sense – and did it ever make sense – to have such a preferential treatment of the banking sector? Why is it that companies from all other sectors of the economy, even those subject to other sectoral regulators, do not require an exception the Portuguese Competition Act, but Portuguese banks continue to be especially protected by the legislator?*

*Miguel da Câmara Machado analyses the problems, paradoxes and main duties relating to the prevention of money laundering, particularly in banks and credit institutions. His text traces the evolution of the normative system, identifying what he calls the four generations of laws, at the same time as he anticipates other reforms, some of which have already begun in the year 2017. It is, therefore, a subject in continuous evolution and increasingly complex, especially since the prevention of money laundering should be a priority, with criminal repression of money laundering as a residual component.*

*Nivaldo Machado Filho focuses on a problematic aspect of the activity of the undercover agent, but often forgotten, which is the evidential value of the report and the testimony of the undercover*

do agente infiltrado, considerando as garantias de defesa e o princípio do contraditório no processo penal. O Autor argumenta que, tanto em Portugal como no Brasil, ambos os meios estão sujeitos ao devido processo legal e, como tal, devem respeitar um conjunto de princípios para serem admitidos e valorados pelo juiz de facto.

O acesso aos dossiers da Autoridade da Concorrência, e em especial à informação confidencial aí incluída, no contexto do exercício dos direitos da defesa, tem sido um dos assuntos mais controversos dos últimos anos no direito português da concorrência. É já vasta a quantidade de jurisprudência gerada em torno desta questão, e a sua reunião e interpretação é desafiante, no mínimo. Com o seu artigo, Patrícia Oliveira fornece-nos um guia para navegar nestas águas turbulentas, acompanhada de análise doutrinal que permite colocar as questões no seu devido pano de fundo. A principal conclusão da Autora é que o assunto continua longe de estar decisivamente resolvido, e que é razoável esperar futuros novos capítulos desta saga.

Tiago da Costa Andrade aborda o princípio *nemo tenetur se ipsum accusare*, no âmbito do Direito da concorrência, especialmente no sentido da sua extensão às pessoas coletivas. O presente estudo procura dissecar as relações

*agent, considering the guarantees of defence and the contradictory principle in criminal proceedings. He argues that, in Portugal as well as in Brazil, both means are subject to the due rule of law, and as such, they have to comply with a body of legal principles in order to be accepted and taken into account by the court in its assessment of the facts.*

*Access to the files of the Portuguese Competition Authority, and particularly to confidential information included therein, in the context of exercising the rights of the defence, has been one of the most controversial topics in Portuguese competition law in recent years. There is an already vast amount of case-law on this specific issue, and its collection and interpretation is challenging, to say the least. With her paper, Patrícia Oliveira provides us with a guide to navigate these turbulent waters, together with doctrinal analysis which allows placing these issues against their necessary backdrop. The author's main conclusion is that this issue is far from being decisively settled, and that it is reasonable to expect future new chapters in this saga.*

*Tiago da Costa Andrade addresses the privilege against self-incrimination, in the province of Competition Law, especially considering its extension to the legal persons. The paper seeks to dissect the relations established between the legal*

que se estabelecem entre a produção jurídica da União Europeia e o Direito dos Estados-membros, especialmente no tocante ao ordenamento jurídico português, e observar, de forma rigorosa, mas sempre com espírito crítico, as implicações que o projeto europeu tem, hoje, no domínio do *ius puniendi*.

O último artigo publicado insere-se no quadro da 1.ª edição do Moot Court Nacional do Direito da Concorrência, organizado pelas Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa, em colaboração com o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS), com o apoio da Autoridade da Concorrência e o patrocínio da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados. Catarina Varajão Borges, Inês Neves, Ricardo Tavares e Tiago Monfort, estudantes do 3.º e 4.º anos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, foram os membros da equipa vencedora da final realizada no dia 21 de maio de 2017, no TCRS. Argumentaram perante um júri composto pela Dra. Maria José Costeira (Juíza do TGUE), Dra. Carla Câmara (Juíza-Desembargadora do TRL), Dr. Luís Miguel Caldas (Juiz Presidente do TJ da Comarca de Santarém), Prof.ª Sofia Oliveira Pais (FDUCP-Porto) e Dr. Joaquim Vieira Peres (MLGTS). Os Autores analisam alguns dos assuntos sobre

*production of the European Union and the law of the Member States, especially with regard to the Portuguese legal system, and to observe, in a rigorous but always critical manner, the implications that the European project has, today, in the field of ius puniendi.*

*The last paper published fits into the framework of the 1<sup>st</sup> edition of the Portuguese Competition Law Moot Court, organized by the Law Schools of the University of Lisbon and of the New University of Lisbon, in collaboration with the Competition, Regulation and Supervision Court (TCRS), with the support of the Competition Authority and the sponsorship of Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados. Catarina Varajão Borges, Inês Neves, Ricardo Tavares and Tiago Monfort, students of the 3<sup>rd</sup> and 4<sup>th</sup> years of the Oporto University Law Schools, were the members of the winning team at the final which took place on the 21<sup>st</sup> May, 2017, at the TCRS. They argued before a jury made up of Maria José Costeira (Judge at the EGC), Carla Câmara (Judge at the Lisbon Appeal Court), Luís Miguel Caldas (Presiding Judge at Santarém Judicial Court), Sofia Oliveira Pais (FDUCP-Oporto) and Joaquim Vieira Peres (MLGTS). The authors analyse some of the issues which they had to discuss in this Moot Court, including the nature*

os quais se tiveram de debruçar neste Moot Court, incluindo a natureza da responsabilidade civil e a aplicação das regras do prazo de prescrição nas ações de *private enforcement* da concorrência, e a vinculação dos tribunais a decisões de *public enforcement* das autoridades de concorrência.

O primeiro signatário deste Editorial e Codiretor da *C&R* põe agora termo à sua ligação à Direção da Revista, considerando que é chegada a altura de abraçar outros desafios. A saída deste projeto a que se encontra vinculado desde a sua fundação, no início de 2010, é também ocasião para lavrar um voto de confiança na continuação da Revista, segundo o que for considerado mais adequado pelos seus continuadores.

A *C&R* surgiu como um projeto inovador, baseado na cooperação entre a autoridade nacional de concorrência e um instituto universitário. Esta parceria molda a sua linha editorial aberta à análise rigorosa das questões candentes de direito da concorrência e de regulação setorial da economia, conjugando a visão científica dos problemas com a experiência prática da aplicação normativa e do desenvolvimento das políticas públicas de concorrência e regulação. Graças a esta matriz editorial, a *C&R* ofereceu sempre as suas páginas ao debate de ideias, preparando dossiers temáticos em que o contraste das diversas opiniões

*of civil liability and the application of the rules on time-barring in antitrust private enforcement actions, and the extent to which national courts are bound by competition authority public enforcement decisions.*

*The first signatory of this Editorial and Co-Director of C & R now terminates its connection to the Direction of the Review, considering that the time has come to embrace other challenges. His departure from this project, to which he is linked since its foundation in early 2010, is also an opportunity to draw a vote of confidence in the continuation of the Review, according to what is considered most appropriate by its followers.*

*C & R emerged as an innovative project, based on cooperation between the national competition authority and a university institute. This partnership shapes its open editorial line to the rigorous analysis of the competitive issues of competition law and sectoral regulation of the economy, combining the scientific vision of the problems with the practical experience of the normative application and the development of the public policies of competition and regulation. Thanks to this editorial matrix, C & R always offered its pages to the debate of ideas, preparing thematic dossiers in which the contrast of the diverse opinions offered the readers a plural view on the subjects*

oferecia aos Leitores uma visão plural acerca dos temas tratados. É meritório que a *C&R* se tenha afirmado no mercado editorial não como um boletim informativo, mas como uma revista científica de referência, aliás divulgada também no estrangeiro, dada a fórmula adotada de publicação dos artigos na língua original. Os dois signatários deste Editorial e Codiretores da *C&R* só podem augurar que a Revista aprofunde a matriz editorial aberta e aumente a sua difusão junto dos vários públicos-alvo.

Os dois signatários deste Editorial e Codiretores da *C&R* aproveitam para elogiar o trabalho que a Dr.<sup>a</sup> Catarina Anastácio, enquanto Membro da Comissão Coordenadora do Conselho de Redação (2010-2013) e Presidente do Conselho de Redação (2013-2017), realizou ininterruptamente e sem o qual a Revista não teria mantido o padrão de rigor a que habituou os seus Leitores. Nesta nova fase da sua existência, a *C&R* rende, por isso mesmo, a devida homenagem à Dr.<sup>a</sup> Catarina Anastácio.

*treated. It is meritorious that C & R has affirmed itself in the publishing market not as a newsletter, but as a reference scientific journal, also divulged abroad, given the adopted formula of publication of papers in the original language. The two signatories of this Editorial and Co-Directors of C & R can only hope that the Review deepens the open editorial matrix and increase its diffusion among the various target audiences.*

*The two signatories of this Editorial and Co-Directors of C & R take the opportunity to praise the work that Ms. Catarina Anastácio, LL.M, as a Member of the Coordinating Committee of the Editorial Board (2010-2013) and President of the Executive Editorial Board (2013-2017), performed without interruption and without which the Review would not have maintained the standard of rigor to which it has accustomed its readers. In this new phase of its existence, C & R therefore pays tribute to Ms. Catarina Anastácio, LL.M.*